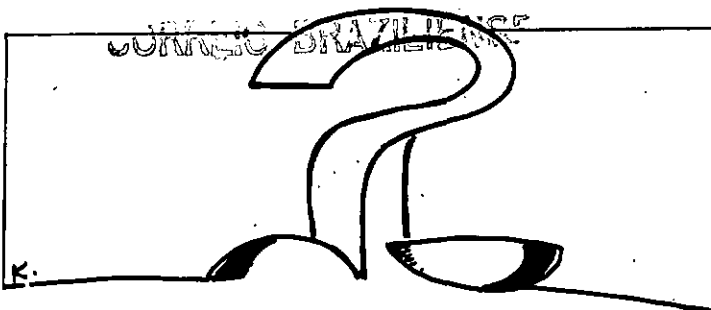


Que governo queremos? ANC 94

O trabalho das comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte apresenta aspectos de grande interesse e reflete um anseio de renovação. Sem dúvida, mudar é uma necessidade, um imperativo da esperança, mas, para que a mudança seja conseqüente, é indispensável que saibamos em que sentido mudar. E, além disso, é preciso mudar com coerência. Com grande propriedade, um dos temas vem a ser a soberania e os direitos e garantias do homem e da mulher. Essa comissão esmerou-se em avanços que possam permitir a concretização desses direitos na sociedade brasileira. Novos instrumentos jurídicos e instituições visam a cobrir a omissão do Poder Público no cumprimento da Constituição. São também propostos conselhos que têm em vista a participação direta do povo no governo. Vejamos com pormenor esta última inovação.

A participação na Administração Pública dos movimentos sociais organizados é garantida no âmbito de bairro, distrito, município, estado e federação. Com isto, visa-se à defesa dos interesses da população, à desburocratização e o bom atendimento ao público. Os objetivos não podem ser mais nobres. Mais além, propõe-se que os servidores e a comunidade afetada escolham, através do voto facultativo, "os agentes do Poder Público para os cargos de direção de setores relacionados com a vida cotidiana da comunidade". Haverá ainda, segundo a proposta, no caso de serviços públicos e atividades essenciais, comissões com representantes dos usuários, dos empregados e do órgão concedente. O planejamento e a execução das ações de go-

EURIDES BRITO DA SILVA 16 JUN 1987



verno terão além disto, participação dos representantes da comunidade. No campo da educação, a respectiva comissão temática sugeriu uma espécie de conselho com representantes dos integrantes do processo educacional e da comunidade para elaborar o Plano Nacional de Educação.

Os constituintes estão corretos ao perceberem que há graves problemas de responsabilidade governamental no País. O povo se expressa através de eleições, porém se estabelece um hiato entre os mandatários e seus eleitores que dura, geralmente, até a eleição seguinte. Durante este tempo muita coisa pode acontecer, muitas promessas podem ser esquecidas. Assim, a nossa modesta democracia representativa funciona com sérias dificuldades. A nosso ver, a questão pode ser resolvida de diferentes modos, conforme o sistema de governo definido. Se se trata de uma democracia representativa, liberal, do tipo ocidental, o que importa é a aproximação direta entre os eleitores e os seus representantes. Para isso, as bases eleitorais do político devem ser claramente visíveis e ele deve receber a cobrança direta do seu eleitor, sem peias nem interme-

diários. O ideal ocorria na Atenas de Péricles — e ainda hoje certos lugares da Suíça —, onde o povo se reunia diretamente e resolvia os assuntos públicos. Como não estamos mais numa pequena cidade ou aldeia, a democracia ocidental criou o mandatário, uma espécie de procurador de parte do eleitorado. Quando você constitui um advogado, você vai diretamente a ele e acompanha o seu trabalho. Se ele o atende bem, você continua, caso contrário constitui outro. Evidentemente, se você conhece o advogado e trata com ele face a face, os resultados são muito melhores.

O que se propõe, entretanto, na Constituinte não é bem isso. Quando se elege um prefeito, governador ou presidente, deposita-se confiança nele, no seu partido, no seu programa. E se elege também vereadores, deputados e senadores que legislem e fiscalizem o Executivo. Nas Câmaras haverá a voz da situação, do necessário apoio ao Executivo eleito, e da oposição. Os partidos estarão devidamente representados, com os seus programas. Ora, a proposta dos ilustres constituintes vai por outro caminho. Elegem-se conselhos intermediários para vigiar os eleitos,

nomeiam-se comissões para vigiar os serviços públicos e, como se não bastasse, elegem-se facultativamente os chefes de serviços relacionados à comunidade. A composição dos conselhos e comissões, ao que tudo indica, é corporativa, envolve profissionais e não o povo em geral.

Imaginemos os resultados. A politização e partidização dessas comissões e conselhos é inevitável. Elegemos um prefeito e vereadores, mas estes serão fiscalizados por conselhos. O prefeito de um partido, terá um programa, mas o diretor do hospital e o chefe da limpeza pública serão da oposição. Logo, o prefeito não será responsável por eles. O chefe da pediatria será de um partido ou facção oposta ao do diretor do hospital e remarará em outra direção. As composições, por interesses, logo se farão.

O quadro institucional, acreditamos, não seria o da democracia representativa do povo e dos estados. Poderia facilmente descambar para algo parecido com o corporativismo de Mussolini, Franco e Salazar ou, então, para os soviéticos criados por Lenine. Que governo queremos, com coerência? Queremos um governo com partidos fortes, de programas consistentes? Queremos um povo que se expresse livremente? Queremos legislativos que cumpram sua função fiscalizadora? Queremos políticos que sejam eleitos com confiança ou queremos fantoches que sejam vigiados sob todos os ângulos? Afinal, que Brasil queremos?

Eurides Brito da Silva, professora da Universidade de Brasília e vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada, é suplente de deputado pelo PFL do Distrito Federal.